

CONTRIBUIÇÃO PARA A TEORIA DO SINDICALISMO

NO SETOR DA EDUCAÇÃO

Sadi Dal Rosso¹

Introdução

O objeto comum de pesquisa que une os participantes deste seminário é o sindicalismo no setor da educação. Sindicalismo, o substantivo; docente e de trabalhadores de educação, o adjetivo. Do que decorre, pelo menos, uma dupla visão sobre a teoria do sindicalismo docente. A primeira, sugerida pela leitura conjunta do substantivo e do adjetivo, é que a teoria do sindicalismo docente está contida dentro da discussão geral do lugar e do papel do sindicalismo na sociedade. A segunda consiste em assumir que o sindicalismo docente é uma esfera da vida social com estatuto de legitimidade igual a qualquer outra esfera de atividade para o estudo da atividade sindical. Em favor da primeira, está toda uma tradição teórica construída pelas ciências sociais, pela ciência política e pela sociologia, durante mais de um século e meio de pensamento social. Isto significa dizer que a partir da teoria do sindicalismo em geral olha-se o sindicalismo docente. Em favor da segunda, está a especificidade do campo da educação na sociedade não apenas enquanto reprodutor ou transformador do sistema de relações vigentes, como especialmente enquanto a educação encarna uma das esferas em que predomina o trabalho imaterial, o que tem a ver especialmente com o empenho do afeto e do intelecto do trabalhador mais do que com o esforço físico próprio do trabalho material. Sendo assim, pode-se fazer uma completa rotação na forma de ver a questão

¹ Sadi Dal Rosso, professor titular do Departamento de Sociologia da UnB e pesquisador do CNPq. Autor de livros: A Jornada de Trabalho na Sociedade (1996), Debate sobre a Redução da Jornada de Trabalho (1998), A regulação social do Trabalho (2003 – com Mário César Ferreira), Mais Trabalho! A Intensificação do Trabalho na Sociedade Contemporânea (2008), Condições de Trabalho no Limiar do Século XXI (2008 – Com José Augusto A. Fortes) e Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (2009 – Com vários co-autores). Artigo relacionado com a questão sindical docente “O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil” (2004 – com Magda Lúcio). Telefone: 55 61 3307 2389. sadi@unb.br

do sindicalismo docente: a saber, a partir do sindicalismo docente, olhar o conjunto da atividade sindical. O lugar de fala e o objeto da fala é o sindicalismo da educação. Esta segunda visão supõe muito trabalho de construção conceitual, teórica e empírica pela frente. Além do argumento de que o sindicalismo do setor da educação é uma esfera de atividade com autonomia relativa, prevalece ainda o fato de que ele agrega um contingente muito grande de trabalhadores no Brasil. Os dados de que se dispõe no momento provém da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, relativa ao ano de 2003, portanto com uma defasagem de cinco anos, e indicam que os docentes no Brasil são cerca de dois milhões e meio de profissionais². A maior categoria profissional de trabalhadores é composta pelos empregados domésticos com cerca de sete milhões e meio de pessoas. Os docentes são, portanto, uma entre as grandes categorias profissionais da atualidade. Um segundo argumento para considerar uma autonomia do sindicalismo docente provém da capacidade do pessoal do campo da educação de promover greves e movimentos sociais com objetivos em favor da própria categoria ou com objetivos em favor do conjunto da sociedade. Um terceiro argumento pode ser derivado da natureza da atividade docente – são bastante freqüentes na literatura cerradas discussões sobre a identidade profissional do docente e do papel que a

² Não dispomos do número preciso de professores no Brasil, muito menos do conjunto dos outros trabalhadores da educação. No documento Estatísticas dos Professores no Brasil, consta que, segundo o INEP, “em 2002, o Censo Escolar registrou um total de 2,4 milhões de funções docentes em Creche, Pré-escola, Classe de Alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio, para um total de 50,6 milhões de alunos matriculados nesses níveis de ensino” (INEP, 2003: 15). Os conceitos de funções docentes e professores não coincidem. Por isso, tem-se um número aproximado. A distribuição dos docentes pelas instituições em que atuam, no ano de 2002, no Brasil, é a seguinte:

INSTITUIÇÕES	FUNÇÕES DOCENTES
Creches (crianças de 0 a 3 anos)	68.890
Pré-escola (crianças de 4 a 6 anos)	259.203
Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries)	809.125
Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	800.753
Ensino Médio	468.310
Ensino Superior (dados de 2001)	219.947
Total (Brasil)	2;626;228

docência desempenha na sociedade. Apesar das especificidades da profissão e do trabalho docente, jamais se pode esquecer que os docentes são trabalhadores assalariados e que, deste modo, possuem vínculos materiais e formais com os demais segmentos dos trabalhadores.

1. Criação da modernidade, o sindicalismo é uma instituição voltada para a defesa dos direitos dos trabalhadores e para a conquista de direitos do conjunto da sociedade.

A organização do trabalho na sociedade pode ser cooperativa ou conflitiva. A prevalência de sistemas sociais de acumulação privada ao longo da história fez com que as relações conflitivas tenham se mantido através da história. Em razão disto, formas de agregação e de defesa dos trabalhadores e explosões sociais de revolta podem ser estudados e analisados ao correr dos séculos. O processo racionalizado e sistemático da exploração capitalista engendrou o trabalhador assalariado e com ele a necessidade de cooperação e organização para auto-defesa da classe. O sindicato - assim mostram estudos clássicos - é uma forma de defesa e de resistência dos assalariados no capitalismo. Além disso, o surgimento do sindicalismo apóia-se nos avanços históricos promovidos no sentido de maior participação social dos cidadãos, na transição para regimes republicanos e na absorção de valores que fazem parte da modernidade. Assim como o trabalho assalariado é um produto da modernidade, o sindicato também o é.

O sindicato firmou-se como movimento e como instituição social. Na condição de instituição, o sindicato docente pode assumir as mais diversas configurações, assim como pode restringir sua ação aos limites específicos da instituição e da categoria. De

seu caráter institucional, decorrem questões de pesquisa relativas à estrutura organizativa, à distribuição dos poderes, à natureza democrática ou concentrada dos poderes da organização. Entretanto, a atividade docente não se restringe a seu público interno nem à função meio. A socialização das novas gerações e a atividade de transformação dos valores dos princípios de ação da sociedade dependem do trabalho docente. Por isso, a ação do sindicalismo docente precisa ser analisada sob a ótica da sociedade na qual está inserida, das mudanças que ocorrem e das mudanças que são necessárias operar nela. A compreensão do sindicalismo docente como movimento implica a abertura de inúmeras questões de pesquisa que se desdobram para além dos limites da instituição e da categoria.

Historicamente, o sindicato lutou pelo reconhecimento de seu direito de representação da categoria. Entretanto, o sindicalismo docente parece que teve mais dificuldade para institucionalizar-se e obter o aval do direito a uma vida normal como instituição reconhecida. Ainda está aberta a questão da gênese do sindicalismo docente. O que significa a hipótese de que o sindicalismo docente é tardio em relação a outras estruturas sindicais? Significa problematizar as condições sociais que dificultaram a emergência do sindicalismo docente no mesmo momento ou até em momentos anteriores que outras categorias sociais. Para isso contribuíram, no Brasil, razões de natureza objetiva, entre as quais a condição pulverizada do trabalho da categoria, o descaso com o qual foi tratada a educação popular pelos governantes dessa colônia e desse país, a limitada proporção da população que tinha acesso à escola, o controle férreo mantido sobre a escola e os docentes. Não devem ser descartadas antes do veredito da pesquisa também razões de natureza subjetiva da categoria docente, entre as quais a dificuldade de o trabalho docente ser compreendido secularmente como um trabalho assalariado com os

mesmos direitos de outros trabalhos assalariados e não apenas por meio da ótica do entendimento da profissão como vocação, dilema tão profundo que até os dias de hoje a noção de vocação é contraposta à idéia de profissão.

Desde os primórdios do sindicalismo na educação bem como do sindicalismo em outras categorias de trabalhadores, a relação com os governos e, mais profundamente, a relação do Sindicato com o Estado, com seus aparatos ideológicos e repressivos, constitui um problema magno tanto ao nível político, quanto teórico. Se ao início o Estado reprimiu a ação sindical, depois tentou controlar sua existência atrelando-o ao aparato estatal, a autonomia e liberdade continuam sendo princípios cruciais para o sindicalismo dos trabalhadores da educação.

2. Contribuições da sociologia para o estudo do sindicalismo docente

2.1. A interpretação dialética das relações de trabalho.

A sociologia apresenta paradigmas importantes para a análise do sindicalismo, construídos no meio ambiente europeu da primeira revolução industrial. Este caminho é muito rico, mas é recorrente a dificuldade de transpor no tempo as idéias e interpretá-las à luz dos acontecimentos contemporâneos. Marx, Weber e Durkheim fazem interpretações interessantíssimas, nem sempre convergentes ou facilmente conjugáveis. Seleciono alguns pontos de leitura.

Segundo Marx, a sociedade composta de classes sociais é dominada pela dinâmica do conflito, da luta social, da contradição. O docente, a despeito de sua especificidade de

sua tarefa relativa à reprodução dos valores e dos conhecimentos da sociedade, não constitui uma terceira categoria, uma classe diferente. É um trabalhador explorado como os demais. Esta proposta é altamente instrutiva para o entendimento do sindicalismo como movimento social no sentido da transformação e a compreensão do docente como membro de uma classe social mais ampla. A natureza imaterial do trabalho docente persiste como problema de pesquisa, particularmente na sociedade contemporânea em que os docentes representam uma categoria profissional grande. Nos estudos em que tentava resolver o problema da existência de uma esfera imaterial e do seu caráter produtivo de valor, Marx não titubeia em colocar o docente como produtor de valor, desde que esse trabalho seja realizado sob o controle de empresário, que vêem a oportunidade de empregar a mão de obra em suas instituições privadas de ensino com o objetivo de obter dividendos. Este caminho aberto não resolve o problema de uma grande parcela dos docentes, a maioria talvez, que vendem sua força de trabalho ao Estado. O Estado não emprega os docentes com o objetivo de aumentar a arrecadação e sim de prestar um serviço à reprodução da sociedade. Mas o trabalho docente se realiza no sentido de conferir uma qualidade especial à mão de obra, que é a mercadoria básica no processo de produção do valor. Este é seu sentido produtivo maior.

2.2. Os docentes como reprodutores da sociedade e de seus valores.

A contribuição durkheimiana ao estudo do sindicalismo docente consiste basicamente da compreensão do processo de reprodução. A sociedade possui mecanismos de transmissão de seus valores, de seus princípios, de suas normas, de suas leis, práticas e

hábitos para as gerações vindouras. Quando a escola era limitada em seu campo de ação, a família ocupava um espaço maior no processo reprodutivo da inconsciente coletivo. Hoje em dia com a difusão do sistema educacional, a escola ganhar espaço e evidência.

A interpretação durkheimiana por meio da reprodução inspirou estudos como os de Bourdieu. Ela possibilita captar o sentido funcional da socialização e erigir uma zona de crítica sobre o sentido reprodutor das desigualdades sociais embutidas no sistema. Entretanto, a noção de reprodução é limitada para interpretar as tarefas realizadas pelos docentes e pelo seu sindicato. O sindicato docente sem sombra de dúvidas reproduz a sociedade, seus valores, seus hábitos. Mas o sindicato pode também ocupar um lugar de agente transformador e de mudança da sociedade. Em que medida e em que direção ocorrem estes processos é uma questão aberta. É limitado entender o sentido da ação sindical e do trabalho docente apenas como reprodutiva. Ela é, para empregar uma expressão comedida, mudancista, transformadora, ou numa expressão mais radical, revolucionária.

2.3. O processo de racionalização da sociedade e das instituições sociais.

A tendência inexorável à racionalização, a lei geral do sistema capitalista formulada por Weber, pode ser entendida como extensiva ao conjunto da sociedade e às suas instituições. O sindicato e o sindicalismo docente sofrem o impacto deste processo. Um dos componentes do processo de racionalização consiste na burocratização da

instituição. A burocratização pode assumir o sentido de adoção de processos mais racionais relativamente a meios e fins, como também a prevalência dos interesses específicos da categoria profissional sobre as relações com o conjunto da sociedade. A noção de burocratização possibilita, desta forma, uma abordagem crítica do sindicalismo como instituição, como também desvela toda uma área de pesquisa sobre poder político no sindicato. A respeito da questão política, gostaria de mencionar ainda a contribuição weberiana das formas de dominação como importante para a análise sindical docente.

2. 4. A análise do sindicalismo a partir da teoria das relações industriais.

Por relações industriais entendem-se o “conjunto de normas (formais e informais, gerais ou específicas, genéricas ou precisas) que regulamentam o emprego dos trabalhadores (salário, horário e muitos outros institutos); bem como os diversos métodos (contratação coletiva, lei, etc.) através dos quais as ditas normas são estabelecidas e podem ser interpretadas, aplicada e modificadas; métodos escolhidos ou aceitos pelos autores (organizações e representação dos trabalhadores, empregadores e suas organizações, o Estado e suas agências institucionais específicas) que, por meio de tais relações, interagem, com bases em processos nos quais encontram-se diferentes graus de cooperação e de conflitualidade, de convergência e de antagonismo” (Baglioni, 1984: 17).

A despeito de algumas fragilidades, entre as quais sua aplicabilidade às relações de assalariamento, o que implica também em graus de dificuldades para interpretar as relações distintas do instituto do assalariamento, entre as quais o trabalho por conta

própria, o trabalho familiar, as pequenas organizações cooperativas, as pequenas unidades familiares de produção mercantil ou de subsistência e semelhantes formas de organização do trabalho, o esquema das relações industriais fornece um esquema amplo voltado para a análise global das relações de trabalho, compreendendo minimamente os seguintes componentes da ação sindical:

a. as condições externas de ordem estrutural (estrutura e conjuntura do capitalismo, o mercado de trabalho, a composição da força de trabalho) e de ordem política (se as relações de poder entre as classes exprimem uma supremacia absoluta ou uma supremacia condicionadas e os equilíbrios políticos prevalentes – anti-labor, pro-labor, non-anti-labor);

b. os atores são basicamente três: o sindicato, os empregadores e o Estado. Na organização e representação sindical, Baglioni destaca o sindicato e sua ação, o grau de difusão do método sindical, a representação e a representatividade; as formas de organização territorial e vertical, gestão democrática ou autoritária, centralização e descentralização correntes, distribuição, sedes de poder e meios financeiros, objetivos; formas de luta (greves); relações com os movimentos políticos (modelo reivindicativo puro, trade-unionista, correia de transmissão, conciliar ou sindicalista). Entre os trabalhadores leva ainda em consideração a representação espontânea, os movimentos coletivos e grupos não organizados. A contrapartida ao sindicato é representada pelos empreendedores e suas organizações nos setores privados e públicos e formas intermediárias. No setor privado, destaca o plano ideológico, o plano associativo, o plano da empresa. O papel do Estado manifesta-se por meio de intervenções legislativas sobre normas e termos da regulamentação na empresa e as formas da luta. O autor ainda destaca, no papel do Estado, as intervenções de política econômica e social sobre as condições gerais do desenvolvimento, a taxa de desemprego, o sistema de welfare etc.

c. Baglioni apresenta ainda os métodos pelos quais toma lugar a regulação das relações industriais: a contratação coletiva e a regulamentação por lei.

d. o esquema inclui ainda o nível em que ocorre a ação política do sindicato – nacional ou regional – a contratação coletiva a nível de empresa ou em âmbito mais geral , como das categorias, das intercategorias, das confederações e das centrais sindicais).

Como se pode observar, a chamada teoria das relações industriais, que pode ser entendida como uma perspectiva teórica ou apenas como um esquema de estudo, oferece elementos importantes para análise da questão sindical docente, historicamente e na atualidade. Por esta razão, e por não ser um elemento que parte originalmente de uma análise do conflito, a teoria das relações de trabalho apresenta grande aceitação nos estudos acadêmicos, tanto como teoria – isto é, a partir da noção de que o sindicato e o conflito que o acompanha é parte integrante do sistema de assalariamento, como se vê pela noção de mercado de trabalho – quando como esquema analítico.

3. Uma contribuição teórica relevante a respeito dos trabalhadores da educação pode ser derivada dos formuladores revolucionários do socialismo.

Interessa aqui menos examinar a questão da pertença à classe e sim o papel dos intelectuais no movimento social. Os formuladores conferiram aos intelectuais um papel importantíssimo na elaboração das perspectivas políticas e no papel de conduzir o movimento revolucionário. Na teoria leninista os intelectuais desempenham um papel fundamental. O leninismo entendia que os intelectuais formulariam o projeto e o transmitiriam para a classe trabalhadora, dentro de uma concepção verticalizada da relação entre direção do movimento, intelectuais e classe.

A distinção gramsciana dos intelectuais em tradicionais e orgânicos indica a dificuldade que envolve em supor que todos os trabalhadores da educação sejam os intelectuais empenhados na transformação mais profunda da realidade. Os intelectuais tradicionais exerceriam um papel fortemente reprodutivo do sistema, como já abundantemente referido neste texto. Não pode ser a princípio descartado, entretanto, que os educadores exerçam um papel de transformação mais profunda da sociedade. A abordagem crítica da educação, pela qual a escola é o lugar de transformação e de formulação de contra-hegemonias e da educação como prática da liberdade, assume esta possibilidade, dada não apenas à capacidade de formulação teórica como ao poder de capilaridade do trabalho do educador. Capilaridade e formulação teórica conduziram os docentes a serem protagonistas fundamentais no movimento pelas “diretas, já!” que levaram ao término do regime ditatorial militar em 1985. É objeto de pesquisa semelhante participação dos educadores na luta pela retomada da democracia em 1945 e pelo fim do Estado Novo, bem como atuação em outros eventos nacionais. Os movimentos sociais organizados pelos trabalhadores da educação podem conter elementos de natureza distinta. Assim como o movimento de 1968 estabeleceu uma reviravolta nos movimentos de greve em geral porque não era uma categoria profissional isolada em movimento, os educadores podem carregar a condição de defender o direito ao acesso à educação para o conjunto da população.

4. O trabalho docente na contemporaneidade. A imaterialidade do trabalho docente. O trabalho docente como produtor de valor.

O estudo do sindicalismo docente contemporâneo apresenta algumas questões interpretativas, que merecem discussão. O lugar do trabalho docente na produção do valor é uma de tais questões. Há uma primeira dificuldade de se chegar a uma compreensão comum a respeito do conceito de valor. De que valor se trata? Uma questão está embutida na noção durkheimiana de valor. Segundo ela, o trabalho docente realiza um papel fundamental na reprodução do valor através das gerações. Neste caso, os valores são parte integrantes de normas, princípios, elementos morais, práticas passados de uma geração para outra. Bourdieu atualiza esta noção por meio do conceito de habitus, processo pelo qual a sociedade reproduz parte de si. Trata-se de uma definição do trabalho docente como elemento reprodutivo do inconsciente coletivo ou dos habitus vigentes na sociedade.

O estudo do trabalho docente como reprodutor da sociedade, não esgota sua compreensão. Há um outro espaço para compreender o trabalho docente como transformador da sociedade. O docente é um agente de transformação. O mesmo conceito aplica-se para o sindicato. O sindicato é um instituto voltado para a transformação da sociedade no sentido de superar os grandes problemas sociais e culturais recebidos das gerações anteriores e perpetuados. Por isso, o papel do sindicato é um papel de contestação e desafio à ordem estabelecida. O sindicato vai além da ordem. Questiona a validade desta ordem e apresenta parâmetros para sua mudança. Esta linha de raciocínio pode ser expandida no sentido de o sindicato ter uma tarefa de praticamente revolução permanente.

Mas existe outra noção de valor, que consiste em entender o trabalho docente como produtor de valor econômico. As mercadorias possuem valor porque são produto do

trabalho humano. Que mercadoria o trabalho docente produz? Eis a questão chave que divide de alto a baixo os pesquisadores sobre trabalho docente. O docente não é produtor de mercadorias, segundo alguns intérpretes, e, portanto, é improdutivo. Por ser um serviço é não produtivo de valor. Entretanto, a força de trabalho é uma mercadoria, a principal de todas. A única que tem a virtualidade de valor de troca a todas as outras mercadorias. O caráter mercadoria da força de trabalho não está apenas no substrato da capacidade física, cognitiva ou afetiva de realizar atividades, como também na qualidade desta força de trabalho. Ora, este aspecto qualitativo, o grau de conhecimento que as pessoas detêm, o relacionamento, a cooperação, a capacidade de inovação e de invenção, a busca de soluções, a subjetividade, o crescimento individual e coletivo das pessoas, tudo isto depende da ação do processo educacional. A mercadoria força de trabalho, portanto, contém uma indelével participação conferida pelo trabalho docente. A escola deixa marcas profundas, para o bem e para o mal, na formação da mão de obra. Desta forma, o trabalho docente é mediatemente produtivo. Esta crítica é tanto maior quanto mais a análise se volta sobre a sociedade contemporânea, na qual o conhecimento, o sentimento, a comunicação e outras condições subjetivas constituem elementos fundamentais na compreensão de uma sociedade cada vez mais tecnologicamente impregnada.

Há uma discussão que menos tem a ver com sociologia do trabalho e mais com uma concepção política e conceitual estreita, quando divide o processo de produção da educação entre profissões cuja dimensão é questionável e que implica separações sindicais igualmente questionáveis entre docentes, servidores técnico-administrativos e outras ocupações que fazem parte do processo educativo na sociedade. Se o trabalho docente é distinto, até certo ponto, do trabalho de formação pedagógica, não deixa de

estar compreendido nele. Assim como este último não está fora da esfera de compreensão do trabalho educativo ou de socialização em geral. As esferas de separação entre os segmentos que dão origem a uma estrutura sindical melhor se compreendem enquanto sucessivamente inclusivas, resultando numa compreensão complementar do conjunto do processo de socialização na sociedade. Todos fazem parte do processo educacional de formação da mão de obra. O estudo da questão sindical precisa urgentemente revisar seus conceitos de divisão social do trabalho mediante uma compreensão que vá para além do trabalho docente e sua defesa para incluir os demais trabalhadores que participam do processo pedagógico e do processo educativo pelo qual a sociedade qualifica seus cidadãos. Além disso, a especificidade do trabalho na educação não pode ser alçada a tal dimensão que exclua os docentes da sua pertença comum ao conjunto da classe dos assalariados.

5. Dificuldades estruturais do sindicalismo na periferia do sistema capitalista.

A questão sindical varia de acordo com a posição ocupada pelas relações de trabalho no sistema de acumulação mundial. A divisão entre centro e periferia, entre império, subimpérios e regiões dominadas, são esquemas que permitem mergulhar nas desigualdades regionais.

Na periferia do império, a força do sindicalismo é reduzida, por um lado, pela baixa taxa de assalariamento da população. A não existência da sociedade salarial (Robert Castells) implica que a burguesia opera de maneira mais feroz e mais livre de controles. Basta acompanhar os impedimentos sociais, políticos e normativos que o capital que opera nos ramos privados da educação na América Latina impõe aos seus trabalhadores. No

Brasil, o sindicalismo de ensino superior foi não poucas vezes objeto de ‘degolas’ completas de suas diretorias sindicais, a exemplo do caso da Universidade Católica do Distrito Federal. Não existe direito reconhecido de sindicalização nem de ação política para arregimentar associados ao sindicato, a despeito de a constituição reconhecer a livre organização dos trabalhadores por local de trabalho e a despeito de a Organização Internacional do Trabalho adotar que os trabalhadores têm direito de convidar outros assalariados para filiar-se aos sindicatos. Esta dificuldade estrutural do sindicato acompanha a privação de direitos em outras esferas da sociedade, qual seja a existência de trabalho escravo, a super-exploração de trabalhadores infanto-juvenis, a precarização do trabalho feminino, a não existência de sistemas de proteção social para a maioria de trabalhadores assalariados e não assalariados, a não inclusão social e uma marginalidade que reproduz formas e relações de trabalhados que julgávamos já superadas historicamente.

Por outro lado, a cada dia prossegue a divisão no interior da instituição sindical. A fragmentação constitui um empecilho de monta na conquista de direitos para os trabalhadores. Quais as razões que explicam que na periferia do Império capitalista mundial prevaleça a fragmentação, quando em seu centro, o número de sindicatos é reduzido?

O olhar da pesquisa sobre a questão sindical não é o mesmo, se o pesquisador se encontra na periferia ou se seu lugar de fala e de olhar o localiza no centro do Império. As questões podem ter grau e qualidade diferentes, quando observadas a partir de uma ótica ou de outra. O lugar de fala condiciona quem fala e sua análise. É tão legítimo ver, ler e interpretar o mundo a partir do centro como da periferia. Mas sempre observando o

conjunto do sistema. Este argumento está na base da crítica à idiosincrasia e ao etnocentrismo dos discursos.

A perspectiva do lugar de fala e de estudo dos movimentos sindicais a partir da periferia do sistema capitalista traz como consequência corrigir excessos de concepções formuladas dentro de uma concepção estreita de mundo a partir da realidade dos países de capitalismo central. A construção de uma visão a partir da periferia do sistema mundo pode ser empreendida mediante a realização de muita pesquisa empírica original e mediante o esforço de conceitualização e teorização original. É necessário estimular fortemente a realização de estudos empíricos rigorosos que possibilitem um mínimo de acúmulo de conhecimentos a respeito das realidades concretas da organização sindical ou eventualmente organização de outro tipo que surgir para reunir os trabalhadores de educação, seu papel de transformação da sociedade, a relação de autonomia do sindicato perante o Estado e outras instituições sociais, além de inúmeras outras questões que infernizam as mentes dos pesquisadores e dos atores sociais. É gritante a falta de pesquisas empíricas sobre sindicalismo em geral e sobre sindicalismo no setor da educação, orientadas por hipóteses solidamente fundamentadas em pressupostos teóricos, tanto no Brasil, como na América Latina, quanto em outros continentes. Os estudos empíricos permitirão desenvolver um esforço de conceitualização e teorização calcada na realidade específica da periferia, observando a partir dela a totalidade do sistema global. A obra de Paulo Freire oferece elementos elucidativos deste esforço no terreno educacional; a de Florestan Fernandes, por outro lado, ilumina o campo da transformação política e social.

Bibliografia

BAGLIONI, G.

1984 “Il sistema delle relazioni industriali in Itália: Caratteri ed evoluzione storica”, apud G. P. Cella e T. Treu (org.). *Relazioni industriali. Manuale per l’analyse della esperienza italiana*. Bologna: Il Mulino.

CLEGG, H. A.

1979 *The changing system of industrial relations in Great Britain*. Oxford: Basil Blackwell

CRUZ, Hélvia Leite

2007 *Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB, não publicada.

DAL ROSSO, Sadi e Magda de Lima LUCIO

2004 *O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil*. *Universidade e Sociedade*, vol. XIV, n. 33, p. 113-125.

DURAND, Jean-Pierre

1996 *Le Syndicalisme au futur*. Paris : La Découverte.

DURKHEIM, Emile

1977 *A divisão social do trabalho*. Lisboa: Presença.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira

2007 ‘*Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes.*’ **Educação e Sociedade**, vol. 28, n. 99, pp. 377-399.

FOUQUET, A ; REHFELDT, U ; LE ROUX

2000 *Syndicalisme dans la mondialisation*. Paris : Édition de l’Atelier

INEP/MEC

2003 Estatísticas dos professores no Brasil. Brasília: INEP.

LOYO, Aurora

2001 “Los sindicatos docentes en America Latina: entre la lógica laboral y la lógica profesional”. Revista iberoamericana de educación, n. 25, pp: 65-82.

MARX, Karl

1975 Capital. New York: International Publishers. Vol. 1.

MOORE, WILLIAM J.

2008 ‘*An Analysis of Teacher Union Growth*’. **Industrial Relations**, Volume 17, issue 2, pages 204-215.

RÊSES, Erlando da Silva

2007 Da vocação para profissão. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB, não publicada.

WEBER, Max

1964 L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme. Plon, Paris.